



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 19 - Nº 353 - DE 18 DE FEVEREIRO A 04 DE MARÇO DE 2007 - R\$ 2,00

**Abaixo todo sigilo! Abertura e publicação
de toda contabilidade do Estado!**

**Exposição de todos os gastos da presidência
da República, do Judiciário e do Parlamento!**

**Tribunais Populares para julgar e punir
a burguesia pelos crimes de classe!**



**Todo apoio à luta dos operários da GM!
Em defesa do direito irrestrito de greve!
Abaixo as punições ao sindicato metalúrgico!**

**Bolívia: A Constituição Política do MAS
não põe em risco a democracia burguesa**

Governo Lula mais uma vez acuado

Nem bem encerrou o caso Renan Calheiros e a CPMF foi derrubada, quando parecia que Lula ia respirar algum sossego, veio à tona o escândalo dos cartões corporativos. O Portal Transparência, criado por Lula, deixou vaziar informações sobre gastos envolvendo familiares do presidente, considerados confidenciais. Foi o suficiente para se levantar a ponta do pano e mostrar que os cartões servem a gastos estapafúrdios, a desperdício e a vantagens pessoais. Enfim, servem a mordomias e roubalheiras.

Rapidinho, a ministra da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro, foi afastada do cargo. Em seguida, o ministro dos Esportes, Orlando Silva (PCdoB), caiu em desgraça pela compra de uma tapioca, devolveu 31 mil reais gastos com o cartão à espera de investigação. Foi um recurso usado para também não ser afastado. Mas uma porção de ministros está embaralhada com o uso do cartão.

O mais importante para o PSDB/DEM é a ganância com as residências presidenciais e com a segurança montada a familiares. A partir da presidência da República, se multiplica a rede de usuários do cartão corporativo. O Portal de Transparência mostrou ser uma máscara para a bandalheira. O grosso do desperdício e das falcatruas permanece escondido sob a sigla de segurança nacional.

Assim, o governo ficou estupefato de alguém de dentro do sistema ter deixado ir para o Portal os gastos com sua filha em Florianópolis. É claro que aí está o dedo do PSDB/DEM. Esses partidos são orgânicos ao Estado e sabem de tudo o que se passa em suas entranhas.

As denúncias de dispêndio e de obscuridade dos gastos já tinham sido feitas no primeiro mandato de Lula. O governo permaneceu tranqüilo, considerando que o cartão foi uma invenção do governo Fernando Henrique Cardoso e que sua face oculta era intocável pelo princípio burguês de segurança nacional (gastos com o Presidente, com as Forças Armadas e com os órgãos de repressão - Abin, PF etc.). Mas o volume das falcatruas deu margem ao vazamento de informações no Portal, legalizou o fato e deu base às denúncias dos partidos, escorados por uma grande campanha da



Crise: sem sossego para Lula

imprensa pró-PSDB/DEM.

Certamente, a oposição sabia de tudo, mas não tinha base legal para armar o ataque ao governo. Autorizou a publicação de dados sobre a Presidência, por algum de seus agentes internos. É assim que funciona a política burguesa, quanto às lutas internas ao Estado.

Os gastos em free-shop de Matilde e a tapioca de Orlando Dias foram usados apenas como ofensiva desmoralizante contra o governo para abrir caminho a mais um episódio da crise política, que não deu um minuto de descanso a Lula.

CPI dos cartões

As CPIs são tribunas de disputas interburguesas no parlamento. Até pouco tempo as esquerdas ditas revolucionárias as defendiam acreditando ser um instrumento democrático de luta contra a corrupção e os governos. A farsa não tardou a se revelar. Mais uma vez as qua-

drilhas representadas pelos partidos capitalistas se digladiam em torno do poder, mas estão unidas em favor da exploração da maioria oprimida.

PSDB e DEM colheram assinaturas para constituir uma CPI mista (Senado e Câmara Federal), porque assim os governistas não teriam o predomínio. Alvorçou o governo, que acusou os opositores de pôrem em risco a segurança do Presidente e a própria segurança nacional. De nada adiantou, a ofensiva do PSDB/DEM já era calculada.

Os estrategistas do governo resolveram mudar o contra-ataque: passaram a colher assinaturas para uma CPI apenas do Senado, com o objetivo de “investigar” as contas dos cartões desde sua implantação por FHC. Ocorre que os agentes de Lula sabem perfeitamente sobre as falcatruas e rapinagem acobertadas pelos cartões corporativos da época em que PSDB e DEM (PFL) estiveram no poder.

Ladrão não deve atacar ladrão, se não vira guerra de quadrilha. Essa é a ameaça do líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB), experiente político, que foi também líder de governo de FHC, quando o PMDB fazia parte da coalizão com PSDB e DEM (PFL).

Ocorre que o PSDB e DEM se acham suficientemente amparados na burguesia para enfrentar a ameaça do governo. A força das quadrilhas partidárias está na fração capitalista que as apóia. Lula terá apoio de alguma das poderosas frações que tanto tem ajudado? Aqui está a incógnita para se saber para onde vai mais esse episódio da crise política. Já há sinais dados pela grande imprensa de que o sigilo de algumas contas deve ser preservado. Por enquanto o PSDB/DEM reagiram contra a esfarrapada justificativa de segurança nacional e denunciam que Lula quer se safar da investigação às custas do governo anterior, que não sofreu nenhuma denúncia contra o uso dos cartões.

Na verdade, todos querem se safar.

Pelo jogo regimental, Romero Jucá teve seu pedido de CPI devolvido, tendo de refazer o texto e as assinaturas. Em meio a essa disputa, o PT do estado de São Paulo revelou os gastos do governo

Serra com os cartões. Há dispêndios do “arco da velha”. Resposta do PSDB: o PT quer se livrar da CPI dos cartões. Armou-se assim o campo das negociatas. O deputado Carlos Sampaio, do PSDB, estabeleceu um acordo com os governistas de montar a CPI mista e que investigaria também o período de FHC.

Para os governistas está bem assim. Podem ter a presidência e a relatoria da CPI mista e ainda por cima com poderes para expor as contas de FHC, se assim for necessário.

O acordo de Carlos Sampaio abriu uma crise nas fileiras da oposição. Como investigar FHC, se não há nenhuma denúncia formulada? A ala fernandista do PSDB e lideranças do DEM vêem na manobra do governo a possibilidade do “feitico virar contra o feiticeiro” ou então a oposição se desmoralizar não podendo fazer nada contra Lula, que se safou das crises anteriores. Acrescenta-se o fato de o governo controlar completamente a CPI mista. Neste ponto, PSDB e DEM ameaçam fazer uma segunda CPI, só do Senado, para assim ter a chance de controlar em parte as investigações.

O que se vê nesse espetáculo de excremento é que todos os governos mergulham na corrupção, que é inerente ao

Estado burguês. A política burguesa expressa o apodrecimento do sistema capitalista, de fome e miséria da maioria trabalhadora. O PT reformista assumiu plenamente, assim se tornou parte das quadrilhas estatais.

Tribunal Popular

Os crimes dos partidos burgueses, dos capitalistas e de seus agentes não podem ser investigados consequentemente e punidos os culpados. As CPIs são um circo que serve apenas às disputas interburguesas e para enganar a população. Somente a classe operária e a maioria oprimida mobilizadas podem desmascarar a ladroagem dos políticos da burguesia.

Os partidos da ordem e o governo sabem que os trabalhadores não estão organizados para terem uma posição própria e independente, por isso se acham livres para levar adiante as denúncias entre si, fazer as CPIs fraudulentas e processar a crise política sem extrapolar os muros do Estado. A burocracia sindical é conivente com essa situação.

O POR em contraposição leva aos explorados a defesa da constituição de um

Tribunal Popular, independente e revolucionário.

Abaixo todo sigilo!

Lula, partidos aliados e PT defendem não expor todos os gastos com os cartões em nome da segurança do Presidente, de sua família e da nação. O sigilo diz respeito à segurança dos representantes da burguesia, do Estado e de seu aparato militar-repressivo. Serve para acobertar da população o parasitismo da burocracia estatal, os interesses corporativos dos capitalistas, as falcatruas, transações e toda sorte de ladroagem.

Eis as bandeiras dos pobres e oprimidos: “Abaixo todo sigilo”, “Abertura e publicação de toda contabilidade do Estado”, “Exposição de todos os gastos da presidência da República, do Judiciário e do Parlamento” “Tribunais Populares para julgar e punir de verdade a burguesia corrupta”.

Para que isso possa ocorrer e que se possa desmascarar o jogo contábil dito transparente pelos três poderes, é necessário que a classe operária lidere um movimento contra a burguesia e suas instituições.

Multinacional exige maior exploração e destruição de direitos

Em defesa do sindicato dos metalúrgicos de São José dos Campos

A General Motors (GM) anunciou um plano de redução salarial, flexibilização de direitos e implantação do Banco de Horas. Os operários rejeitaram a proposta patronal. Mostraram a farsa da empresa que exigia o Banco de Horas para contratar 600 temporários.

No dia 20 de fevereiro haverá um ato em São José dos Campos contra as medidas da GM. Na ocasião também haverá o protesto contra a Embraer que recorreu à Justiça para punir o sindicato dos metalúrgicos com uma multa de cinco milhões de reais.

O fato do sindicato resistir aos planos de flexibilização e chamar os trabalhadores à luta contra a redução salarial tem levado os patrões e a Justiça a atacarem os direitos políticos elementares de manifestação e greve. A violência do Estado contra o direito de greve vai ao ponto de impor multas im-

pagáveis, com o objetivo de quebrar o sindicato. Está na hora de uma grande campanha nacional pela derrubada de toda legislação anti-greve.

A luta em São José dos Campos deve ser ponto de partida para que a Conlutas, a qual está filiado o sindicato metalúrgico, convoque todas as forças que se reivindicam do classismo e dos direitos democráticos dos trabalhadores a organizar uma campanha que penetre em todas as fábricas e outros locais de trabalho e que ganhe as ruas. Enquanto não se questionar com luta de massa a monstruosa lei de greve, os movimentos isolados ficam à mercê de qualquer juiz e da polícia que representam os interesses dos exploradores.

Todo apoio à luta dos operários da GM!

Em defesa do direito irrestrito de greve!

Abaixo as punições ao sindicato metalúrgico!

Denúncias

Salário Mínimo Real é defesa da vida

Todo início de ano, o governo retoma a velha discussão sobre o reajuste do salário mínimo. O fato é que o valor desse salário mal dá para comprar a cesta-básica, porque o custo dos produtos básicos (feijão, óleo e outros) teve aumento exorbitante. O Dieese, que serve de parâmetro para a demagogia da burocracia sindical, divulgou que o salário mínimo necessário é de R\$1.924,59. E é sabido que o Dieese não leva em conta ou subestima em seus cálculos itens importantes para a vida do trabalhador.

O problema é que 30% da população que possui emprego recebe R\$380,00. Na região Nordeste, são 48%. Milhões de aposentados estão condenados, pois com esse salário não dá para comprar os remédios. E a juventude enfrenta a destruição da capacidade físico-mental ao se sujeitar à escravidão do salário mínimo.

O senador petista, Paulo Paim, apresentou à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) uma emenda que estipulava que o valor do salário mínimo fosse o dobro do crescimento do PIB, em 2008. O que na verdade se resumia a R\$ 413,00. O relator da comissão descartou de pronto. O petista também pediu à Comissão de que fosse garantido o mesmo reajuste do valor do salário mínimo aos aposentados. Disse que a proposta é resultado de um acordo entre governo e centrais sindicais. Resposta: isso dependerá da votação no plenário do Congresso. Portanto, a esmola do reajuste dos aposentados está submetida aos parlamentares, que ganham rios de dinheiro para legislar em favor dos negócios da burguesia.

Os trabalhadores devem rejeitar toda essa farsa e sair em defesa da vida dos milhões de assalariados e aposentados.

Nossa posição: O salário mínimo tem de ser o necessário para manter a família do trabalhador. Para isso, deve ser discutido e calculado pelas assembleias de base. Em nossos cálculos, esse valor é superior a R\$ 2.500,00.

Nossa luta: A defesa do salário mínimo vital permite a unidade dos explorados. Estes devem rechaçar a politicagem dos deputados e dos burocratas sindicais. A conquista do salário mínimo vital só pode se dar por meio da ação direta – manifestações, greves, ocupações e outros métodos do proletariado.

Desavenças entre lideranças do MST e governo Lula

Lula anunciou que acelerará as desapropriações de terra para efeito de reforma agrária. Para o governo, a reforma agrária implica compra de terras. O MST disse que Lula gastou mais de 1 bilhão de reais por ano na compra de terras e que as desapropriações caíram para 200 mil hectares por ano. Está aí por que dizemos que se trata de um governo a serviço dos capitalistas. Enche os bolsos dos ruralistas com o pagamento supervalorizado das terras.

A UDR, central dos latifundiários, quer mais. Exige que o governo abandone o “projeto de reforma agrária” e aumente a

criminalização o movimento dos sem-terra. Na realidade, Lula se acovarda diante da bancada ruralista do Congresso e, por isso, se recusa a modificar os índices de produtividade rural, reivindicado pelo MST.

Para a direção do MST, o governo Lula é de “disputa”, por isso o apóia. Mas, nesse jogo, quem tem levado vantagem é a burguesia. E a função do movimento social seria modificar essa relação de força. Falso. O governo Lula é de submissão à burguesia. Não por acaso, manteve a legislação de 1975, que determina a “produtividade rural, conforme as exigências dos ruralistas, e aceitou renegociar a dívida dos fazendeiros, estimada em 140 bilhões de reais.

O movimento dos trabalhadores sem-terra deve rejeitar o apoio ao governo Lula e se colocar no campo de classe dos explorados. A luta pela terra é de classe contra classe. Deve, também, rechaçar a política de compra de terras e todas as leis que criminalizam o movimento e punem as lideranças. Os camponezes, aliados com a classe operária, têm a tarefa de defender um programa de expropriação sem indenização e entrega das terras aos pobres do campo.

Reação da cúpula da Igreja Católica



Diante das ocupações de terra e das declarações do bispo da CPT, a Igreja Católica, por meio da CNBB, reagiu dizendo:

1.A posição do bispo de Presidente Prudente em favor das “invasões” não é a da Igreja e nem da CNBB, que condenam as invasões;

2.O bispo está desautorizado em falar em nome da Igreja. E reafirmou que a autonomia das dioceses não pode ferir a “doutrina geral da Instituição”.

De fato, a Igreja é defensora da propriedade privada dos meios de produção, portanto da terra. O bispo José Maria Libó-

rio, da Pastoral da Terra, sente o drama dos sem-terra e se vê obrigado a defender as ocupações de terra. Mas a condição de bispo o impede de ser conseqüente na defesa do fim da propriedade privada da terra.

Desemprego e subemprego, assim inicia o ano letivo

Milhares de professores não conseguiram emprego. Outros milhares assumiram pouquíssimas aulas, unicamente para não perder o vínculo de trabalho com o estado. Em todas as diretorias de ensino de São Paulo, a situação foi a mesma.

O governo se manteve irredutível: fechou salas, eliminou disciplinas da grade curricular, demitiu os coordenadores, impôs os projetos que certamente serão direcionados às parcerias privadas, determinou o conteúdo das disciplinas, o método e as formas de avaliações. Reafirmou a avaliação de desempenho dos professores e estipulou 45 dias para recuperar os índices negativos de aprendizagem dos alunos.

Diante de todas essas medidas, a burocracia da Apeoesp resolveu marcar assembléia depois do fato consumado (14 de março). Enfatizou que não poderia contrariar as decisões tomadas pelos dirigentes do funcionalismo, que se posicionaram contrários à assembléia no mês de fevereiro e favoráveis a um ato no Palácio, no dia 29. Querem dar tempo para que as aulas

iniciem, os desempregados se conformem com o destino, os subempregados se esgotem de correr de escola em escola e a maioria sem aula se transforme em professor-eventual (contrato mais precarizado). Coisa de pelegada!

Nossa posição: Os professores devem combater o governo e a burocracia, defendendo:

- Que nenhum professor fique sem aula. Emprego a todos através da Estabilidade imediata e Escala Móvel das Horas de Trabalho (divisão das horas de trabalho entre os trabalhadores da educação);
- Fim da resolução 92 que impõe a grade curricular para o ensino médio; Fim de todas as medidas que eliminam direitos e criam o desemprego;
- Salário Mínimo Vital para todos os trabalhadores da educação de, no mínimo, R\$ 2500,00;
- Abaixo toda a reforma educacional de Serra e Lula e da legislação e medidas que a sustenta, incluindo as avaliações externas (Saresp, Prova Brasil etc.);
- Abaixo a avaliação desempenho;
- Fim da farsa do "Jornal Pedagógico". Defesa da liberdade de cátedra;
- Reabertura de salas e escolas fechadas e construção de novas escolas onde for necessário;
- Máximo de 25 alunos por sala; aulas de 45 minutos no período diurno e 40 no noturno.

Campanha pela redução da jornada de trabalho

As burocracias da CUT, Força Sindical e outras divulgaram a campanha pela redução da jornada de trabalho, de 44 horas para 40 horas semanais, sem redução do salário. Pretendem colher assinaturas (5 milhões) até o dia 1º de maio e entregar ao Congresso Nacional e ao governo. Para isso, montaram as bancas de coleta no centro de São Paulo e outras capitais. Justificam a campanha com o argumento de que essa redução de 4 horas possibilita a criação de 2,2 milhões de empregos.

A direção da CUT se dirigiu à Brasília para pedir que Lula assinasse o abaixo-assinado, dizendo que a proposta partiu de Lula. Mas o Presidente recomendou que a iniciativa da campanha deveria ficar com as Centrais, para evitar o embate entre governo e oposição. A Força Sindical pediu ajuda de Lula se posicionando assim: "eu sei que o senhor não vai assinar, mas pode ajudar muito a reduzir a jornada de trabalho". Portanto, queriam o aval aberto do governo para a campanha de assinaturas. Lula se esquivou.

Campanha demagógica

1.As burocracias sindicais foram as que assinaram os acordos salariais, que previam aumento da jornada de trabalho. Um exemplo foi o acordo de Banco de Horas. Diziam que se tratava da "jornada de trabalho flexível" para evitar as demissões, implantada no ABC em 1995. O acordo previa que a jornada variasse conforme a produção (produção maior, maior jornada). Os capitalistas aproveitaram ao máximo para sugar a força de trabalho e as demissões foram grandes. O banco de horas passou ser regra para os patrões em quase todos os setores.

2.O presidente da CUT em 1997, Vicentinho, ex-deputado e

ex-dirigente do sindicato metalúrgico do ABC, dizia que era preciso constituir uma comissão tripartite (governo, burocratas e empresários) para discutir a regulamentação em lei, "36 horas semanais para 2003 e 32 horas semanais para 2008". Bastou galgar a tribuna do Parlamento para legislar contra seus próprios discursos de burocrata sindical. Abandonou a redução de jornada escalonada e serviu de canal para o governo FHC impor um duro golpe à aposentadoria.

3.A burocracia da CUT/metalúrgicos do ABC aceitou a imposição da multinacional Volks de redução da jornada com redução de 30% no salário. Em seguida, a multinacional voltou à carga máxima e manteve os salários reduzidos.

4.Os burocratas da Força Sindical puseram o Ministro do Trabalho (Carlos Lupi) para aplicar a política dos capitalistas, que é a reforma sindical e trabalhista.

Como se vê, a burocracia trai os trabalhadores, aplica as medidas governamentais e sela pactos com os capitalistas. Mas, volta e meia, comparece conclamando as reivindicações dos explorados.

Milhões de assinaturas para quê?

A campanha tem como método recolher as assinaturas para o apoio à emenda constitucional 393/01. O objetivo é convencer os parlamentares da justiça da reivindicação para que votem favorável à emenda. Portanto, é o velho método de submeter as reivindicações ao crivo do Parlamento, que legisla em favor dos interesses da classe capitalista.

A burocracia rejeita o método próprio dos explorados, que é

a luta direta. Não convoca assembléias, não unifica as campanhas, não rejeita a lei anti-greve e faz de tudo para impedir que os instintos de classe do proletariado venham à tona. Usa, por isso, o método que é genuíno da burguesia: pressão a deputados, negociações de cúpula, emendas constitucionais e outros da mesma natureza.

Os burocratas querem arrastar os trabalhadores para colher milhões de assinaturas e submetê-las ao Congresso, atolado de corruptos.

Redução de jornada: dois caminhos

A redução da jornada faz parte da luta histórica do proletariado internacional. As primeiras greves foram causadas pelas jornadas excessivas e tiveram como reivindicação a jornada de 8 horas. No Brasil, o nascimento da classe operária foi marcado pelo combate contra os patrões e governos pela redução da jornada. Na década de 80, o movimento grevista exigia a redução da jornada de 48 horas para 44 horas. A greve metalúrgica de 1985 arrancou essa redução, que só mais tarde, em 1988, foi estendida a todos os trabalhadores. Portanto, a experiência nos mostra que a redução da jornada é uma luta árdua, que depende da força do proletariado.

As direções burocráticas se apartaram dos métodos do proletariado e passaram a defender a política burguesa e seus métodos. Como protagonistas do “sindicalismo de resultado”, alegam que a experiência do passado não serve para os novos tempos (os da “reestruturação produtiva”). Rejeitam organizar o movimento grevista e ludibriam os explorados de que é possível conquistar a redução da jornada sem necessidade de parar a produção. Pretendem arrastar os trabalhadores para que estes apóiem sua estratégia.

Os explorados devem rejeitar o caminho traçado pela burocracia e exigir a convocação de assembléias para que coletivamente possam aprovar a única saída para arrancar a redução da jornada.

Diminuir a jornada não garante mais emprego

A experiência nos mostra que a diminuição da jornada não está na relação direta com o aumento de emprego. Os capitalistas apresentam suas saídas: a) aumentar a produtividade por meio das máquinas, com menos trabalhadores; b) ampliar o rodízio de mão-de-obra e contratação com salários mais baixo; c) dar mais “flexibilidade” aos contratos de trabalho. Dirão sempre: no Brasil a carga tributária é excessiva, o governo tem de reduzir os impostos e taxas que incidem na folha de pagamentos.

Por isso, a luta pela redução da jornada para que haja emprego a todos requer o enfrentamento com o patronato e os governos. A burocracia sindical reivindica um pouco mais de emprego, como se os capitalistas fossem ceder aos milhões que assinaram o abaixo-assinado. Para eles, a questão de mais emprego está vinculada à queda de seus lucros. Um exemplo recente: a França reduziu a jornada para 35 horas semanais e isso não significou o crescimento do emprego. Ao contrário, aumentou a superexploração e a flexibilização do trabalho. A burguesia fraudou a redução, lançando mão da precarização do trabalho e redução salarial. Mesmo assim o desemprego é alto.

Redução para 40 horas mantém o desemprego

A maioria dos sindicatos e Centrais fazem a campanha de assinaturas para que o governo modifique a Constituição de 88, concedendo a jornada de 40 horas. Fazem barulho em torno dos possíveis empregos que poderiam vir com a redução de 4 horas semanais. Dizem que 2,2 milhões de postos de trabalho poderão ser criados. Mas o problema é que o número de desempregados é muito superior a esses postos pretendidos. Basta ver que 2 milhões de jovens anualmente estão prontos para o mercado de trabalho. Há também os milhões de desempregados que não mais fazem parte das estatísticas, constituem o exército de reserva crônico do capitalismo.

A burguesia proprietária dos meios de produção explora a força de trabalho por meio das jornadas estafantes e aumento do ritmo de trabalho (produtividade). Os trabalhadores, despossuídos dos meios de produção, estão obrigados a vender a força de trabalho à burguesia. Esse funcionamento do sistema capitalista impõe à maioria explorada a condição de assalariados (escravos) do capital. Como mercadoria, a mão-de-obra está sujeita às lei do mercado. Inverter essa lógica é se colocar contra o sistema de exploração do trabalho.

A burocracia sindical não defende o fim da exploração do trabalho. Aceita dividir os trabalhadores entre empregados e desempregados. Ao reivindicar 40 horas, pretende incluir alguns desempregados e manter excluídos boa parte deles. Por isso, não há nada de democrático, como se pretende passar. O emprego a todos deve ser defendido como um direito trabalhista impostergável.

Reação dos capitalistas

O direito ao trabalho é a defesa da sobrevivência de milhões de trabalhadores. A burguesia, para lucrar, necessita ampliar cada vez mais o exército de reserva e usá-lo como meio para pressionar os que estão empregados. Quanto maior é o número, mais baixo é o salário e maior é a rotatividade.

Diante da reivindicação da burocracia, os capitalistas responderam negativamente com o argumento de que essa redução de 4 horas implicaria a elevação dos custos das empresas da ordem de 10%. Alegam que determinados setores sofririam queda de produtividade. O que significa que farão pressão aos deputados e governo para não alterar a jornada. Na relação de forças no Estado, é sabido que levam vantagem.

Os trabalhadores devem rechaçar toda essa falácia dos capitalistas. Estes nunca lucraram tanto e a produtividade na indústria, nesses últimos 15 anos, cresceu 150%, portanto exploraram como nunca os assalariados. Usaram o Banco de Horas para não contratar e usam a hora-extra para aumentar os ganhos. Por isso, a reivindicação de redução da jornada significa combate direto aos exploradores, é luta de classe contra classe.

Por que reivindicar a escala móvel das horas de trabalho

A redução de jornada implica defender a escala móvel das horas de trabalho. Trata-se de uma reivindicação que permite

que todos tenham sua fonte de existência, que é o trabalho. Para isso, é preciso dividir as horas nacionais de trabalho por todos os que estão aptos. O número de horas semanais é fixado a partir desse cálculo.

Os capitalistas responderão um grande *Não!* O governo e os parlamentares dirão que isso quebra a economia. A burocracia sindical gritará que isso é utópico. E não poderia ser diferente: todos estão na defesa do sistema capitalista.

A escala móvel se choca com os alicerces do modo de produção capitalista. A existência do capitalismo depende da ex-

ploração, da concorrência de um trabalhador com o outro, o desemprego, do exército de reserva de mão-de-obra, da precarização das relações de trabalho e de toda sorte de desgraça para a maioria oprimida. Contrapor-se a todas essas mazelas do capital é uma tarefa daqueles que se reivindicam do programa da classe operária.

A reivindicação de escala móvel das horas de trabalho permite soldar a luta dos que estão trabalhando com a dos milhões de desempregados. O que dá força para enfrentar os capitalistas, governos e burocratas sindicais.

“Nova Central Cresce e incomoda Lula”

Com esse título, o Jornal *O Estado de São Paulo* dedicou uma página inteira para a Conlutas. Sabemos da intenção repressiva deste órgão da burguesia. O tom é de alerta sobre o perigo de uma central radical. Não por acaso, o artigo veio em seguida ao Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), em que os delegados da oposição expulsaram aos gritos o Ministro da Educação, Fernando Haddad. Sobrelevou o fato da Conlutas ser a maior representação oposicionista.

A articulista Liliana Nunes destacou o sindicato do ensino público superior (Andes) como um dos principais sindicatos filiados e ao fato da Conlutas ser “o braço sindical do PSTU”. A idéia de que a Conlutas “incomoda Lula” vem da constatação de que a nova organização “começa a reunir, mesmo extra-oficialmente, sindicatos de funcionários públicos, como educação, saúde e seguridade social”.

O artigo não descreve a organização da Conlutas na classe operária, apenas divulga os seguintes números: 90 sindicatos já filiados e 200 a serem filiados. As principais categorias seriam “servidores públicos, trabalhadores da área de educação e previdência”.

Para efeito comparativo, apresenta um quadro da situação das demais centrais ou organização pré-central (o caso da indefinida Intersindical): CUT, 3.125 sindicatos (principais categorias - servidores públicos, metalúrgicos, bancários e trabalhadores rurais); Nova Central Sindical (NCST), constituída em 2005, 8 confederações, 136 federações e 1.116 sindicatos (trabalhadores em transporte); Força Sindical, “832 registrados no Ministério do Trabalho, 700 ainda não reconhecidos e 300 preparando documentação” (metalúrgicos e bancários); União Geral dos Trabalhadores (UGT), fundada em 2007, com a fusão da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), Social Democracia Sindical (SDS) e Central Autônoma dos Trabalhadores (CAT), 680 sindicatos (comerciários); CTB, criada em 2007, 530 sindicatos (trabalhadores rurais); CGTB, 127 filiados e 300 em fase de filiação (metalúrgico).

A Intersindical não se reconhece como central. O artigo a apresenta formada por 80 sindicatos apoiadores, principalmente em metalúrgicos e funcionalismo, “dissidência da CUT, ligada principalmente ao oposicionista PSOL”, com participação de membros do PCB.

Segundo a opinião do presidente da CUT, Arthur Henrique da Silva, “a Conlutas faz muita propaganda, mas tem poucos sindicatos” e o PSTU a criou “como espaço para fazer oposição.” Em relação à CTB, diz que o PCdoB e PSB resolveram cindir a CUT não por oposição, mas para ganhar visibilidade política. O secretário da CTB tem outra explicação, considera

que a CUT “capitulou ao governo e se confundiu com ele”. O coordenador da Intersindical, Paulo Vieira Carvalho, considera que é preciso construir uma nova central “sem que haja partidização”, como é o caso da CTB. José Maria de Almeida, da Conlutas, explica que a CUT “se transformou em base de sustentação do governo”.

Expusemos as principais informações e considerações que compõem o artigo “Nova Central Cresce e incomoda Lula”. É bem provável que não haja precisão quanto aos números de sindicatos filiados a cada central e que as explicações quanto ao porquê das cisões com a CUT sejam incompletas.

O mais importante é que o artigo não demonstra com clareza o peso dos sindicatos operários em cada central. Tudo indica que a CUT e, em seguida, a Força Sindical controlam a maior parte dos sindicatos operários. Se forem corretas as informações gerais, as cisões com a CUT não impuseram a ela, nesse sentido, grandes perdas. O que não significa que as cisões não foram importantes.

O PCdoB com sua CTB arrastou da CUT mais sindicatos rurais, que devem abarcar o proletariado agrário e camponeses proprietários. O PSTU levou mais sindicatos ligados ao funcionalismo e à educação, os sindicatos operários devem ter menor peso, embora o sindicato metalúrgico de São José dos Campos seja estratégico para a luta de classe. A Intersindical declarou ter em sua base sindicatos metalúrgicos e de funcionários, não se sabe também a proporção e a força social que de fato congrega.

De qualquer forma, as três cisões com a CUT significaram importantes perdas. A existência de 8 organizações indica brutal fragmentação da organização sindical. Representa divisões criadas pelas facções burocráticas. É do interesse da burguesia e do seu Estado o estilhaçamento. Quanto mais divididos e burocratizados os sindicatos e Centrais, melhor para os capitalistas e seus governos controlarem a luta de classe.

Por uma Central Única, classista e revolucionária

Lembremos que a CUT foi a primeira central a ser construída depois do regime militar. Organizou-se sob o governo Figueiredo, último ditador, impulsionada pelas greves do ABC. Parte da velha burocracia combateu sua fundação. PCdoB fez campanha contra seu nascimento e só mais tarde a ela aderiu. Hoje vemos que os estalinistas não fizeram senão uma manobra tática para fortalecer seu aparelho sindical, e em seguida romper a CUT. Primeiro, ajudaram o PT a burocratizá-la e estatizá-la ao governo Lula. Depois rompem com o argumento de

que a CUT perdeu a independência.

Ao lado da CUT, a velha burocracia foi montando seus aparatos, do tipo NCST, CGTB. Novos burocratas ligados à velha burocracia criaram Força Sindical e UGT.

O processo de burocratização da CUT e estatização reduziu enormemente os atritos com os outroras adversários e seus concorrentes. Notamos que as facções burocráticas foram se acomodando, estabeleceram a divisão aparelhista e frearam as disputas.

A decisão do PSTU de liderar um processo de cisão da CUT e formação da Conlutas se deu antes da iniciativa do PCdoB/PSB. Dois argumentos guiaram a iniciativa: a CUT se tornou governista e está completamente burocratizada. De fato, isso ocorre e resulta em política favorável aos exploradores e de sustentação do capitalismo. A burguesia vem atacando direitos dos assalariados, aumentando a taxa de exploração e mantendo milhões em situação de desemprego crônico. Mas nem a estatização nem a burocratização autoritária justificam romper a CUT, sem que seja resultado das massas em luta, que leve ao enfraquecimento da burocracia e permita colocar a unificação das organizações contra o divisionismo burocrático. A prematura burocratização da CUT e a estatização expressam a impossibilidade de sindicatos independentes sob o capitalismo putrefato, a não ser que estejam sob uma direção revolucionária e sirvam de instrumento da revolução proletária.

A cisão da Conlutas e da Intersindical se dá no terreno do aparelhismo sindical, o que compromete a tarefa de derrotar a burocracia e constituir uma direção revolucionária para o movimento operário e demais explorados. O fato do PSTU reivindicar a cisão pela esquerda contra a burocracia petista não o exime da responsabilidade de aprofundar a divisão já existente, como comprova o número de centrais.

Capitalistas reduzem salário médio

O Ministério do Trabalho revelou que em 2005 o salário médio dos trabalhadores com carteira profissional assinada era 12,5% menor que dos demitidos e que em 2007 a diferença caiu para 9%. Traduzindo em números: a média salarial daqueles que foram demitidos em 2005 era de R\$ 616,00 e dos novos contratados, R\$ 547,00; em 2007, R\$ 707,00 e R\$ 643,00.

Como se vê, houve aumento da taxa de exploração e maiores ganhos para os capitalistas. As massas trabalhadoras ficaram mais pobres e os burgueses mais ricos.

Os exploradores simplesmente usaram a rotatividade da mão-de-obra para rebaixar o seu custo. No lugar dos demitidos, contratavam outros com salários menores. A terceirização de parte da força de trabalho auxiliou os capitalistas a ganharem mais à custa dos assalariados.

Houve muita ilusão de que sob o governo Lula a onda de flexibilização do trabalho iria acabar. Ao contrário, avançou o processo “neoliberal” de ataque às condições de trabalho e aos direitos trabalhistas. Está aí à vista a expropriação do salário médio em 12,5% e 9%.

As burocracias sindicais da CUT, Força Sindical etc. ajudaram os capitalistas a aumentar a exploração e, assim, evitaram que a classe operária se chocasse com o governo burguês de Lula. O argumento de que é melhor manter postos de trabalho com salário menor, dito pela burocracia petista e forçista, jogou a favor dos exploradores. As campanhas salariais praticamente

É preciso ter claro que a CUT está burocratizada e serve ao governo burguês de Lula porque a maior parte dos sindicatos está sob sua direção. A Força Sindical, UGT, CTB etc dividem os trabalhadores porque controlam parte significativa dos sindicatos. Se não expulsarmos a burocracia dos sindicatos, a começar pelos estratégicos, não haverá possibilidade de derrotar o divisionismo burocrático e a política pró-capitalista imperante.

A posição de constituir a Conlutas com uma parcela minoritária do sindicalismo e travar a luta pela desfiliação da CUT não faz senão fortalecer o divisionismo burocrático e afastar a tarefa de constituir uma única central classista e revolucionária. A campanha de desfiliação tem levado à divisão dos trabalhadores no seio dos sindicatos, que se agravará pela intervenção da CTB.

É incompreensível para as bases a luta por constituir uma nova central, quando proliferam organizações. Se as massas estão sob a direção da burocracia vestida de reformista e da burocracia direitista, a tarefa não é criar uma nova organização, mas constituir uma fração revolucionária, programática, que encaabece as reivindicações e as lutas. Somente a ampla mobilização do proletariado, em choque com a direção burocrática dos sindicatos, poderá criar novas organizações.

Uma fração revolucionária poderá se potenciar no combate e expressar novas exigências organizativas que superem a divisão e estabeleçam a unidade organizativa dos explorados. Nesse sentido, nem o governo nem a burocracia da CUT estão preocupados com a Conlutas. Poderá dar trabalho em certas áreas do funcionalismo, que procuram a via da greve e que a Conlutas poderá expressá-las, caso o PSTU queira nessa etapa de construção fortalecer seu aparato sindical.

O POR levanta a bandeira e trabalha pela Central Única, classista e revolucionária.

foram abolidas. As demissões foram aceitas. A rotatividade foi considerada como fator normal da economia de mercado.

O governo e a burocracia atuaram em favor do refluxo do movimento operário e cercaram o caminho da luta da pequena-burguesia assalariada, particularmente a luta do funcionalismo. As ilusões das massas no governo petista têm custado caro às suas condições de vida e atrasado a conquista de sua organização independente.

A burguesia teve, assim, campo aberto para aumentar a taxa de exploração. Mas é uma questão de tempo. Tudo indica que a crise econômica nos Estados Unidos se generalizará. As vantagens econômicas que Lula, PT e burocracias usam contra os explorados desaparecerão e mostrarão o quanto a classe operária foi esmagada e o quanto terá ainda de sofrer para que o sistema capitalista continue a existir.

É preciso mostrar aos trabalhadores as raízes capitalistas da miséria da maioria e as forças políticas que sustentam a burguesia.

Colocam-se como tarefas imediatas: 1. Recuperar as perdas; 2. Retomar as campanhas salariais; 3. Pôr fim à flexibilização do trabalho (demissões, terceirizações, redução de salários, aumento da jornada, aumento do ritmo do trabalho); 4. Desenvolver bandeiras: fim de todo desemprego (escala móvel das horas de trabalho); fim da diferenciação salarial (trabalho igual, salário igual); 5. Fim do rebaixamento salarial pela via da inflação (escala móvel de reajuste salarial); 6. Organizar a luta unitária dos explorados pelo emprego e salário.

São Paulo

Plenária estadual do funcionalismo

Está prevista uma plenária do funcionalismo público para o dia 23 de fevereiro. O POR considera importante a iniciativa de unificar os servidores para responder às medidas governamentais. O método da discussão coletiva, sobre a base de um plano de lutas e da organização da resistência por meio da ação direta, é fundamental para quebrar o imobilismo e a fragmentação impostos pelas burocracias sindicais. O êxito da plenária dependerá desse objetivo. Pontos fundamentais:

I. Combater nas ruas às medidas de Lula/Serra/Kassab

Os governos intensificaram os ataques ao funcionalismo público. Protegeram uma casta composta de juízes, militares, parlamentares etc. e descarregaram as medidas de corte de recursos aos serviços públicos sobre a maioria. Impuseram a Reforma da Previdência para diminuir os salários e dificultar as aposentadorias e preparam novas ações nesse sentido. Destruíram os Planos de Cargos e Salários por meio da eliminação das conquistas, como a evolução funcional por tempo de serviço. Instituíram pisos salariais abaixo de 3 salários mínimos. Demitiram milhares de contratados para favorecer as empresas privadas e a terceirização. Implantaram as avaliações de desempenho para intimidar uma parcela da classe e expandir as demissões. Governo Lula e oposição burguesa estão juntos na execução dessas metas pró-imperialistas. Têm o compromisso de manter o superávit primário, o pagamento das dívidas interna e externa e proteger os negócios dos capitalistas.

Para o funcionalismo empobrecido, não há outra via senão responder com seus próprios métodos. A unidade e a ação coletiva são os únicos meios para enfrentar os capitalistas e seus governos.

2. Derrotar as burocracias sindicais servis

A burocracia da CUT e duas dezenas de direções sindicais, diante das últimas medidas de cortes anunciadas por Lula, correram atrás do governo para tentar manter os acordos firmados com as direções do funcionalismo, entre eles o de reajuste salarial. Mas o Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, voltou a enfatizar a perda da CPMF e propôs adiamento das negociações, que veio por meio do palavreado de “repactuação”. Lamentaram a resposta do Ministro e questionaram o fato dele não tocar no superávit primário. Aproveitaram para aconselhar o governo que não deve utilizar a decisão do STF contra as greves do funcionalismo. E concluíram que não havia “intransigência” por parte do Ministro. Com esses argumentos, a burocracia acoberta que o governo despeja sobre os trabalhadores a perda da CPMF. Nesse sentido, governo e oposição (PSDB/DEM), estão totalmente de acordo.

Resultado da negociata: não mexerão uma palha em favor das reivindicações.

Os servidores públicos têm pela frente o obstáculo das direções burocráticas que sustentam o governo. Romper essa barreira é a tarefa colocada. Sem a independência dos sindicatos frente ao governo não é possível defender conseqüentemente as reivindicações.

3. Pôr em prática a democracia sindical

O funcionalismo conta com direções avessas ao método de luta dos oprimidos. São corporativistas, favoráveis às negociatas de cúpula, alimentam as ilusões na via parlamentar e mantêm os sindicatos como aparelhos e/ou agências de prestação de serviços. Quando fa-

lam em unidade, é para aumentar o poder de pressão dessa cúpula dirigente nas conversas com os governos. Recentemente, passaram a constituir a chamadas mesas (fóruns) de negociações permanentes, que têm se transformado em obstáculo à mobilização e à greve.

A unidade que os servidores precisam só pode estar assentada nas decisões coletivas. Trabalhar pelas assembleias conjuntas e pela imposição da democracia operária é o caminho a ser percorrido.

O grande problema está na enorme divisão do funcionalismo criada pelas burocracias. A defesa das assembleias unificadas é o ponto de partida para soldar as forças do funcionalismo.

4. Reivindicações que unificam o combate

A plenária deve discutir um programa de reivindicações capaz de impulsionar a unificação e a luta direta contra a política dos governos. Eis o fundamental:

a) Rechaçar as reformas governamentais que retiraram direitos. Revogação da lei de greve e de toda legislação que criminaliza o movimento e pune os funcionários;

b) Combater o desemprego – defesa da estabilidade a todos os contratados e implantação da escala móvel das horas de trabalho;

c) Defender o piso salarial do funcionalismo através da luta pelo salário mínimo vital e da escala móvel de reajuste;

d) Fim da DRU e de todos os mecanismos que saqueiam dinheiro da saúde e educação;

e) Rejeitar as medidas que favorecem a privatização dos serviços públicos levantando a bandeira da estatização sem indenização e constituição do sistema único estatal da educação, saúde, previdência, sob o controle dos trabalhadores.

Volta às aulas

Manifesto da Corrente Proletária estudantil

Em defesa do ensino público e gratuito

O ensino superior público é um direito democrático negado à maioria da população. O governo destina menos de 4% do PIB para educação.

São 2.398 universidades particulares contra 257 públicas. O vestibular impede o acesso de todos à universidade pública. Milhões de jovens sequer concluem o ensino médio. Quem consegue ingressar na universidade enfrenta a dificuldade de não ter garantidas as condições materiais para concluir seus estudos (moradia, bolsas, transporte, etc.).

A política educacional do governo aprofunda essa situação. A Reforma Universitária, que vem sendo implementada por meio de projetos de lei e o PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação) lançado no ano passado, em consonância com a Reforma, objetivam incentivar a expansão do ensino mercantil em detrimento do ensino público. Estes ataques do governo contra a educação respondem ainda às exigências dos organismos financeiros internacionais (Banco Mundial, FMI) para que se cortem os gastos públicos, mantendo os índices do superávit primário para o pagamento da dívida externa.

Como parte dos planos governamentais para a educação, o PDE privilegia os grandes empresários da educação com o aumento de número de bolsas do PROUNI. Com uma fachada assistencialista para os estudantes pobres, o governo “compra” as vagas ociosas das universidades particulares ao invés de investir na universidade pública.

Para as universidades federais, condiciona o mísero aumento de 20% de recursos a um plano de metas que inclui o enxugamento dos currículos, o aligeiramento da formação acadêmica e o aumento do número de alunos em sala de aula.

Além disso, outras medidas de destruição da universidade pública e mercantilização do ensino se manifestam: a implementação do ensino à distância; a ampliação da iniciativa privada dentro das universidades públicas através das fundações; o atrelamento das pesquisas às multinacionais; a precarização do trabalho docente, etc.

A defesa do ensino público e gratuito para todos só é possível se destruímos o ensino pago. O movimento estudantil não pode aceitar a coexistência da rede pública e da rede privada de ensino. Por isso, é necessária a mobilização massiva para denunciar e combater a mercantilização e a reforma educacional do governo Lula.

O que fazem as direções do ME

A organização nacional dos estudantes

depende da UNE. Entretanto, a direção desta entidade (UJS/PCdoB), está diretamente ligada ao governo Lula. Por isso, apóia suas medidas para a educação e não defende as reivindicações elementares dos estudantes.

No ano passado, o movimento estudantil retomou suas lutas com a resistência contra os planos dos governos, tanto estadual quanto federal, desencadeando um amplo processo de mobilização por todo país com as ocupações de reitorias, algumas arrancadas pela tropa de choque.

A prova da submissão da UNE ao governo foi que a sua direção, por apoiar o PDE, atuou contra a mobilização estudantil. Agiu como freio à tendência nacional de luta para não se chocar com as políticas dos governos e impediu a unificação nacional do movimento das ocupações.

O distanciamento da UNE com as reais necessidades dos estudantes fez com que um setor, liderado pelo PSTU, ao invés de lutar pela independência da UNE, respondesse à estatização da entidade com a estratégia de ruptura e criação de uma outra entidade nacional, a CONLUTE (Coordenação Nacional de Luta dos Estudantes). Uma ruptura que não partiu da ação massiva dos estudantes, mas sim do PSTU.

O resultado dessa ruptura foi o fortalecimento da direção burocrática e governista. Parte da oposição que permanece dentro da entidade, mesmo buscando se agrupar na FOE (Frente de Oposição de Esquerda/PSOL), é incapaz de lutar por um programa revolucionário.

A Corrente Proletária rechaça o divisionismo no movimento estudantil e defende que se constitua uma oposição revolucionária dentro da UNE para varrer essa direção e impulsionar a luta pelo ensino público e gratuito, enfrentando os governos e capitalistas do ensino e unindo-se às lutas mais gerais dos trabalhadores.

QUE A UNE ROMPA COM O GOVERNO!

Pela real autonomia e democracia universitária

O escândalo dos cartões corporativos que atingiu ministros e funcionários do governo expôs agora os privilégios da burocracia das Universidades Federais. No total, os gastos chegaram a mais de 3,5 milhões. A farra com o dinheiro público vai desde consumos em padarias de alto padrão até lojas de festas.

A Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), por exemplo, gastou com os cartões corporativos, em 2007, mais de 290

mil. O reitor desta universidade, que reprimiu com a tropa de choque os estudantes que ocuparam a diretoria acadêmica no ano passado, gastou grande parte de sua fatura de R\$ 9.500 em restaurantes de luxo.

No bojo das denúncias dos cartões, veio à tona o escândalo envolvendo o reitor da Universidade de Brasília (UnB) e a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (FINATEC) vinculada à universidade. A Fundação, envolvida em outras denúncias de corrupção, destinou verbas que seriam para pesquisas científicas e tecnológicas da universidade para reformar e mobiliar o apartamento do reitor. Isso demonstra que, enquanto as universidades públicas sofrem com a falta de recursos, a burocracia universitária (reitoria e uma casta de professores ligados a ela) esbanja o dinheiro público. É essa corja que comanda a universidade.

De forma antidemocrática, a escolha dos reitores das universidades federais é feita a partir de uma lista com três nomes, e submetida ao presidente da república.

Por isso, as políticas dos governos, que destroem o ensino público, são defendidas e colocadas em prática por essa corja. As parcerias público-privadas, fundações, ampliação de terceirizações, privatização de espaços etc., são aplicadas sem resistência pelas reitorias. Esta representa os interesses dos governos e da classe dominante no interior da universidade, contra os interesses da maioria que estuda e trabalha. Não é à toa que tratam como caso de polícia as manifestações estudantis.

A composição dos conselhos superiores (CONSU, etc.) expressa o caráter autoritário da burocracia acadêmica. Não podemos acreditar que nossas reivindicações serão atendidas por meio da simples intervenção, numericamente insignificante, dos representantes estudantis dentro dessa estrutura autoritária que impõe a vontade de uma minoria de professores.

O movimento estudantil tem de destruir a estrutura de poder que reina na universidade. Por sermos maioria e não termos interesses corporativos (dependência econômica e relações profissionais) nosso papel é central na transformação da universidade.

Defendemos a assembléia geral universitária como meio de organização e mobilização para avançar na destruição da burocracia e se tornar o órgão de poder na universidade.

A real democratização e a autonomia da universidade só serão concretizadas com seu controle por aqueles que nela estudam e trabalham.

A Estatuinte não alterará a estrutura antidemocrática da universidade

Reitoria começa o debate sobre Congresso Estatuinte e já mostra os rumos que serão trilhados: mais centralização e atropelo das reivindicações estudantis.

Quem toma as decisões na universidade?

A estrutura de poder da USP é extremamente antidemocrática. Há uma casta ultraminoritária que tudo decide. A essa casta chamamos burocracia universitária. À maioria resta submeter-se ou, no máximo, dar alguns palpites. Os que estudam e trabalham sequer podem escolher seu reitor. Este é escolhido pelo governador do estado a partir de uma lista tríplice. Esses três nomes são selecionados através de uma votação em que os professores titulares detêm esmagadora maioria. Resumindo, trata-se de um processo excludente e autoritário.

Mas por que é assim a estrutura de poder da universidade? Respondemos: é assim porque a burocracia representa os interesses da classe dominante no interior da universidade. Atualmente, tem como principal atribuição impor uma política privatista, contrária aos interesses da maioria. Esta política privatista implica na destruição do caráter público e atualmente vem sendo imposta aos poucos e insistentemente na USP.

Já são muitos os serviços privatizados, como os de manutenção e limpeza. Outros serviços, como o de cópias (xerox) e mesmo as lanchonetes também são privadas, do que resulta para o estudante o pagamento de preços abusivos. Aos funcionários destas empresas são impostos baixíssimos salários e contratos precarizados, praticamente sem direito trabalhista algum. Aos empresários que exploram esses serviços ficam garantidas as altas taxas de lucratividade. E, sempre que pode, a burocracia se aproveita para arrancar também algum dinheiro.

Daí a conclusão de que a luta pela garantia do caráter público da universidade deve passar também pelo combate à burocracia universitária.

Democratizar?

A maior parte das correntes de esquerda tem como bandeira estratégica para a universidade a democratização da estrutura de poder por meio da paridade nos conselhos. Essas correntes clamam por uma mudança estatutária. Para

isso, levantam a bandeira de Estatuinte Soberana e Democrática, como se a burocracia pudesse realizar uma estatuinte assim. Defendem, portanto, a manutenção da estrutura burocrática, mas com alguns remendos. Ignoram o fato de que, mantendo-se a estrutura burocrática, os privilégios da casta reacionária continuarão prevalecendo e o caráter público da universidade continuará ameaçado.

A atual estrutura de poder, antidemocrática, corresponde à universidade de classe, que serve aos interesses da burguesia. Nós da **Corrente Proletária da Educação – POR** defendemos a destruição da universidade de classe e construção de uma nova universidade, ligada à produção social, laica, gratuita e para todos, que só pode ser fruto de uma nova sociedade, socialista. Esta universidade deve estar sob o controle de quem estuda e trabalha, através do Governo Tripartite submetido à Assembléia Geral Universitária (Maioria Estudantil).

Qual função cumprirá a Estatuinte?

Há tempos que algumas correntes políticas - umas até reivindicam o trotskismo - defendem a bandeira de Estatuinte como resposta à ausência de democracia na universidade. Durante a ocupação da reitoria (primeiro semestre de 2007) apresentaram essa bandeira, contribuindo com a confusão generalizada que marcou a fase final da mobilização. A negociação ao redor da estatuinte serviu de instrumento para pôr fim à ocupação. No entanto, não perderam a pose e se apressaram em mostrar o compromisso da reitoria em relação ao Congresso Estatuinte como uma das vitórias do movimento. À época, denunciávamos a Estatuinte como um engodo, que não seria capaz de transformar a estrutura decisória da universidade.

Agora, a reitoria tomou a iniciativa e antes do início das aulas já movimentou suas peças no tabuleiro. Para começar, marcou o congresso para o primeiro semestre. As correntes que defendem a Estatuinte reclamam, pedindo mais tempo para dialogar com os estudantes. A reitora apresentou uma série de resoluções a se-

rem discutidas; a principal delas prevê maior centralização da estrutura de poder, ficando a eleição da lista tríplice (três nomes dentre os quais o governador do estado escolhe o reitor) a cargo de uma comissão super-poderosa.

Tudo isso mostra o que já dissemos anteriormente: as reivindicações dos que estudam e trabalham não passarão por esse mecanismo burocrático. Além disso, quem decidirá no congresso? A própria burocracia. Que tipo de resolução se tomará? As mais reacionárias.

Estatuinte e reforma universitária

As estatuintes brotaram com o final da ditadura militar: para a classe dominante e seus governos, era preciso adaptar as universidades ao novo regime político. A constituição do atual estatuto da USP e de outras universidades é resultado dessas reformas. O reformismo petista assumiu para si a bandeira de estatuinte como expressão da reforma da universidade sem mudar seu caráter de classe, pela via da negociação com a burocracia universitária e governos. Repetimos que não é possível transformar a universidade sem destruir a burocracia universitária e colocá-la nas mãos de quem estuda e trabalha. Defender a bandeira da estatuinte é defender a via da reforma da universidade preservando a burocracia autoritária e, com ela, a essência de todas as deformações passadas, presentes e futuras na universidade de classe (burguesa).

A conquista da real autonomia da universidade em relação aos governos e poder econômico só pode se realizar por meio da soberania da Assembléia Geral Universitária, e de um governo tripartite (estudantes, funcionários e professores) subordinado a ela. A assembleia geral é o organismo próprio da mobilização. É por meio da mobilização e da unidade com os explorados que o movimento estudantil poderá caminhar para transformar totalmente a universidade. Assim, a assembleia universitária é meio e fim ao mesmo tempo: ela permite a unidade na luta de todos os que estudam e trabalham já; e garante pela mobilização a soberania de suas decisões no futuro.

UEL: fim da paridade. Ataque privatista à democracia e autonomia universitárias

No final do ano passado, a reitoria tentou aprovar no Conselho Universitário a proposta de acabar com a regra vigente para eleição do reitor. Atualmente, os votos dos estudantes, funcionários e docentes são ponderados de modo a preservar a paridade entre os três setores. Em lugar disso, os grupos mais conservadores da universidade e a reitoria pretendem reduzir o peso dos votos de estudantes e funcionários a apenas 15% para cada setor. A mobilização dos estudantes e funcionários adiou essa decisão para o início de 2008.

Trata-se de uma alteração reacionária. Ao invés de se avançar na democratização estabelecendo o voto universal, restringe-se o peso eleitoral dos estudantes e funcionários. E as propostas *brotam* em câmaras, departamentos e conselhos que já são majoritariamente compostos por docentes, viciando de saída o caráter democrático da decisão. Além disso, reforçando o autoritarismo do procedimento, sequer são fundamentados com argumentos nem expostos em fóruns mais amplos de discussão e debates em que a opinião dos estudantes e funcionários possa se expressar.

É certo que a mera participação direta na eleição de um reitor não garante a democracia nem a autonomia universitárias. Considerando que o nome do (docente doutor) mais votado apenas encabeça uma lista submetida ao Governador – que é quem de fato escolhe –, a eleição não passa de uma consulta. Existe, além disso, uma relação estreita entre a cúpula da burocracia universitária (docentes) e o governo, que na prática subordina sempre a universidade pela natureza do vínculo – a dependência das verbas diversas para pesquisa, investimentos, expansão, venda de serviços diversos, quando não de projetos políticos eleitorais.

Apesar disso, a paridade na indicação do reitor foi um avanço se comparada à situação em que o reitor era diretamente indicado pelo Governador – sem mediar nenhuma consulta,

e, com relação a outras universidades, em que a escolha é feita apenas por um colegiado de docentes. Mediante a paridade, foi possível que as diversas posições políticas e ideológicas que caracterizam a universidade se expressassem na hora de escolher as autoridades, pois as diversas correntes foram obrigadas a defender suas propostas junto a funcionários e estudantes, além do segmento docente.

O fim da paridade servirá precisamente para inibir essa possibilidade e concentrar o poder nas mãos das camarilhas docentes mais poderosas, aquelas que têm vínculo com o Estado mais consolidado e há mais tempo, impondo sua condução sobre o conjunto. Essas mesmas camarilhas, aliás, são também as que têm defendido a degradação do caráter público da universidade, mediante a venda de serviços, as pós-graduações pagas e preparam agora um pacote para que a UEL entre no negócio do ensino a distância.

A autonomia universitária é impensável sem uma participação decisiva dos estudantes no governo da universidade. Isso porque é o único setor para quem a universidade é um fim em si mesmo, pois lá está apenas para formar a sua personalidade intelectual, profissional e ideológico-política. Os outros setores, principalmente os docentes da cúpula universitária, desenvolvem vínculos financeiros, políticos e de carreirismo profissional que os levam a degradar as finalidades da universidade. A grande maioria faz da Universidade apenas seu meio de vida, um mero emprego.

A Corrente Proletária na Educação defende o voto universal na escolha dos reitores, mas defende, principalmente a Assembléia Geral Universitária como a máxima autoridade, organismo em que vale o princípio de “um homem um voto”. Defendemos a urgência de organizar uma frente de luta contra o fim da paridade em que se discutam todas as propostas e se caminhe para a organização da Assembléia Geral Universitária.

Oportunismo do PSTU no movimento estudantil

Nos dias 26 e 27 de janeiro, em Salvador, o Conselho Nacional de Estudantes de História contou com 10 entidades, entre centros e diretórios acadêmicos. Com esse quórum, o PSTU e seus aliados aproveitaram que estavam em maioria para aprovar um indicativo de ruptura com a UNE. Para eles, a luta dos estudantes de história é condicionada à construção do novo aparelho e não ao enfrentamento da burocracia estalinista/pequista.

O PSTU alardeou o indicativo do CONEHI nos quatro cantos do Brasil como uma vitória do movimento de história, mas escondeu seu fracasso no último Encontro Nacional de Estudantes de História (instância máxima) ocorrida em Cuiabá. Nesse Encontro, do qual participaram mais de 700 estudantes, a proposta de ruptura com a UNE foi derrotada depois de um intenso debate nos GDs e na plenária final. Ao contrário do que o PSTU fala, aquele resultado foi muito expressivo e representativo dos estudantes de história do país. Já a manobra oportu-

nista e artificial de Salvador se opõe ao interesse majoritário dos estudantes. O grave desse embate é que a rejeição da proposta de desfiliação da UNE fortalece a burocracia estalinista. O Encontro não poderia apenas dizer não ao divisionismo da Conlute, mas também não à política de colaboração do PCdoB com o governo. O POR se posicionou pela ruptura da UNE com o governo e toda diretriz burguesa implantada pelo PCdoB.

Assim, a prática de aprovar resoluções a qualquer custo, ressuscitar burocraticamente executivas de cursos apenas para aprovar sua ruptura aventureira mostra que de fato o PSTU se comporta como a burocracia da UNE. É preciso denunciar cada falsa vitória oportunista.

O divisionismo do PSTU não fortalece o movimento estudantil, pelo contrário, o enfraquece e abandona a grande massa de estudantes que nas escolas privadas são imobilizados pela política governista da direção da UNE.

Acreditar nas nossas próprias forças e na unidade dos explorados

O governador Ivo Cassol (PPS), junto com os parlamentares, faz mais um ataque aos trabalhadores de educação estadual, criando uma lei complementar de nº 420, de 09 de janeiro de 2008. Essa lei diminui a quantidade dos servidores que são liberados para a composição da diretoria do sindicato. Em todo estado, eram liberados 28; agora, apenas 3. A liberação de dirigentes sindicais deve ser uma decisão de assembléia e, portanto, sujeita à revogação pelos que liberaram. Não devemos aceitar nenhuma interferência do governo, somente que cumpra com a decisão de liberação, conforme os critérios aprovados pelos trabalhadores.

O ataque aos trabalhadores é fortalecido por meio do Plano de Aceleração de Crescimento – PAC do governo Lula, que exige o corte de recursos à educação. Não é só, pois o PAC da Educação (PDE) impõe a avaliação do desempenho ao servidor, através da qual se o funcionário faltar ao trabalho, no caso de professor, perde a gratificação de incentivo ao magistério no mês trabalhado, que corresponde a 33% do salário; revogam uma Emenda Constitucional que garantia reajuste de 10% anual para os trabalhadores.

Neste contexto, esta primeira assembléia, que aconteceu no dia 08 de fevereiro, foi esvaziada. Os descontentes com as medidas governamentais esperavam que fosse uma assembléia bem convocada, massiva e que colocasse a proposta de greve. Mas, a burocracia convoca a assembléia para fortalecer as ações legalistas como “solução” para as reivindicações dos trabalhadores em educação.

Desde o primeiro mandato, Cassol ataca violentamente os servidores estaduais principalmente os da educação. Nunca atendeu as mínimas reposições salariais. Na verdade, segue a política do governo Lula, na medida em que congela o salário dos servidores

por mais de dez anos e apressa a reforma trabalhista.

As lições da greve do ano passado devem estar presentes entre os trabalhadores. A categoria tem na cabeça um acordo feito entre parlamentares e o governo para acabar com a resistência. Daí a importância das assembléias, onde as decisões são coletivas. É o meio para conter a burocracia que dirige o sindicato, que prima pelos acordos de cúpula com o governo e parlamentares.

Outra lição: nada de acreditar em promessas fáceis de períodos eleitorais. As reivindicações serão conquistadas por meio da luta direta, decidida nas assembléias de base.

A Corrente Proletária da educação chama atenção para os seguintes pontos:

- Imediata reposição salarial dos trabalhadores em educação do Estado;
- Derrubada do veto do governo Cassol contra a liberação dos servidores estaduais;
- Sala com no máximo 25 alunos;
- Aulas de 45 minutos no turno diurno e 40 no noturno;
- Abaixo toda reforma educacional privatizante do governo Lula e seguida pelos governos estaduais e municipais;
- Abaixo a avaliação do desempenho, que tem como finalidade punir os trabalhadores com o desemprego ou arrocho salarial;
- A escola única, laica e vinculada à produção social – a escola científica;
- Estabilidade e emprego para todos através da escala móvel das horas de trabalho (divisão das horas de trabalho com todos os trabalhadores em educação)

Metalúrgicos do ABC:

Burocracia acaba com eleição direta para a direção do sindicato

Antes, para eleger a direção do sindicato, se realizava apenas uma eleição, e qualquer trabalhador ou trabalhadora poderia se lançar candidato em uma chapa. Desta forma, a eleição para a direção do sindicato acontecia de forma direta.

Em 1998, aqueles que estão na direção do sindicato criaram os Comitês Sindicais de Empresa (CSE's) e, com eles, uma nova regra que acabou com a eleição direta para a direção do sindicato, quando diz que só quem for eleito para os Comitês Sindicais poderá fazer parte da chapa para concorrer à direção do sindicato. Com a criação dos Comitês, agora, para eleger a direção do sindicato, são realizadas duas eleições.

Por exemplo, nos dias 10 e 11 de março, acontecerá a primeira eleição para os Comitês Sindicais, onde serão eleitos diretores sindicais em 100 empresas. Nos dias 22 e 23 de abril, acontecerá a segunda eleição, na qual somente os diretores que forem eleitos para os Comitês Sindicais poderão fazer parte da chapa para disputar a direção do sindicato. Ao definir que somente os diretores eleitos para os CSEs podem fazer parte da chapa para disputar a direção, a diretoria do sindicato acabou com a democracia operária, ou seja, com o direito de qualquer trabalhador lançar-se candidato numa chapa para concorrer à

direção sindical.

Aqueles que estão na direção do sindicato acabaram com a eleição direta para tentar impedir que os trabalhadores que não concordam com sua política de parceria com os patrões os retirem da direção. Os burocratas querem ficar eternamente na direção do sindicato negociando com os patrões os acordos de demissão, terceirização, redução de salários e direitos dos trabalhadores.

Convocamos todos os metalúrgicos (as) do ABC para juntos fazermos uma campanha permanente em defesa de eleição direta para a direção do sindicato.

Nossa proposta:

Que qualquer trabalhador ou trabalhadora possa lançar-se candidato numa chapa para disputar a direção do sindicato, independentemente se foi ou não eleito para os Comitês Sindicais.

Construir uma nova direção para o sindicato

A Corrente Proletária dos Metalúrgicos (POR) atua no movimento sindical com o objetivo de organizar os trabalhadores para construir as comissões de fábrica independentes, classistas e revolucionárias em todas as empresas. A maioria das co-

missões de fábricas e Comitês Sindicais está nas mãos da direção do sindicato que, como sabemos, não defende os interesses dos trabalhadores. A direção do sindicato é aliada aos patrões e apóia o governo burguês de Lula, que defende a propriedade privada, a exploração da maioria (proletariado) por uma minoria (burguesa).

A direção do sindicato informou que haverá eleição para os Comitês Sindicais em 100 empresas. Ao todo, serão 269 diretores que serão eleitos nas fábricas. O grande problema é que todos esses Comitês Sindicais surgiram a partir de uma negociação que aconteceu entre a direção do sindicato e os patrões. Como é a direção do sindicato que negocia a criação dos Comitês Sindicais com os patrões, também são eles que indicam quem fará parte dos Comitês Sindicais nas empresas. Com isso, a maioria dos Comitês Sindicais segue a política de conciliação e parceria da direção do sindicato.

O Feijóo, presidente do sindicato, disse na Tribuna Metalúrgica que “com o aumento dos Comitês Sindicais aumentou a organização nos locais de trabalho, já que o sindicato saiu da porta das fábricas e foi para dentro delas”. Tudo conversa fiada.

Perguntamos: Com a criação dos Comitês Sindicais aumentou a organização dos trabalhadores como diz o Feijóo?

Com a criação dos Comitês Sindicais os trabalhadores conquistaram algum direito nos últimos anos? Não.

A direção do sindicato criou os Comitês Sindicais. As demissões, as terceirizações, a retirada de direitos acontecem em todas as empresas e a direção do sindicato nada faz. Ao contrário, a direção sindical continua com sua política pelega, negociando acordos de demissão, redução de salários e direitos como aconteceu no ano passado na Volkswagen, onde o Feijóo, os diretores sindicais e representantes da Chapa Um defenderam e aprovaram um acordo que permitiu a Volkswagen demitir 3.600 trabalhadores até 2008, contratar trabalhadores temporários ganhando um terço do salário atual, aumentar a jornada de 40 para 42 horas, Banco de horas, etc. Será que é esse tipo de acordo que o Feijóo diz ser um avanço na organização dos trabalhadores? O que os trabalhadores devem fazer com o Feijóo e sua turma de traidores da chapa um? Nossa resposta: Os trabalhadores devem expulsá-los da direção do sindicato, das comissões de fábricas e dos Comitês Sindicais. Temos de transformar as Comissões de fábricas e os Comitês Sindicais em instrumentos que estejam a serviço da luta dos trabalhadores contra os patrões, contra a exploração capitalista, ou seja, que defendam as reivindicações vitais dos explorados por meio da ação direta, que estejam a serviço da luta dos operários e demais oprimidos pela destruição do sistema de exploração capitalista.

O Feijóo diz que, com a criação dos Comitês Sindicais, o sindicato saiu da porta das fábricas e agora está dentro das mesmas. O grande problema é que agora a direção do sindicato está dentro das fábricas defendendo os interesses dos patrões e não os interesses dos trabalhadores.

A tarefa colocada: Construir as Comissões de Fábricas independentes, classistas e revolucionárias em todas as empresas. Nada de Comitês Sindicais manietados pela direção.

Um chamado da Corrente Proletária aos metalúrgicos(as) do ABC.

Apresentamos abaixo algumas propostas e chamamos os trabalhadores que concordem com as mesmas para que nos procure e juntos possamos construir as comissões de fábricas independente, classistas e revolucionárias em todas as empresas.

Consideramos importante mostrar os principais problemas e as propostas que defendemos para superá-los porque desta forma deixamos claro aos trabalhadores a diferença que existe entre a política revolucionária que defendemos e a política de conciliação e parceria da direção do sindicato.

Por exemplo:

1. Que proposta devemos defender para combater as demissões, retirada de direitos, ameaça e fechamento das fábricas?

2. Que proposta devemos defender para acabar com a rotatividade de mão-de-obra?

3. Que proposta devemos defender para acabar com os salários de miséria que recebem os companheiros de empresas terceiras?

4. Que proposta devemos defender para acabar com a divisão dos metalúrgicos em vários grupos?

5. Que proposta devemos defender para acabar com o desemprego de milhões de trabalhadores?

Nossas Propostas

a) Defendemos a greve, a ocupação das fábricas e como consequência da luta o controle operário da produção (fábrica sem patrão e sob o controle dos trabalhadores), como única forma de combater as demissões, a retirada de direitos e o fechamento das fábricas.

Nossa maior tarefa hoje é fazer com que os trabalhadores voltem a acreditar em seu método próprio de luta, que são as greves, a ação direta, como única forma de conquistar as reivindicações e combater a exploração capitalista. A direção do sindicato há muito tempo não defende a ação direta, as greves e passou a negociar com os patrões acordos de demissão, redução de salários e direitos. Essa política contínua de traição fez com que muitos trabalhadores deixassem de acreditar na greve. Temos de mostrar aos trabalhadores que o problema não está na greve. O problema está na política pelega da direção do sindicato que faz de tudo para que a greve não seja vitoriosa.

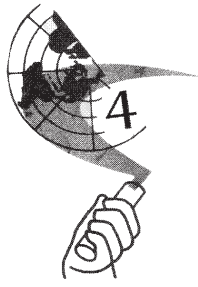
b) Campanha salarial unificada. Fim da divisão dos metalúrgicos em grupos. Pauta única de reivindicação. Piso salarial de R\$ 2.500, 00 (salário mínimo vital a todos os trabalhadores). Assembléia geral para unificar a luta. Combater o desemprego defendendo a divisão das horas necessárias para produzir nacionalmente entre todos os trabalhadores, empregados e desempregados, sem redução nos salários (escala móvel das horas de trabalho).

c) independência do sindicato em relação aos patrões, o estado e seus governos de plantão. Nenhum apoio ao governo burguês/Lula. Unidade de operários, camponeses, estudantes e demais oprimidos para derrotar nas ruas com o método da ação direta as medidas do governo contra os trabalhadores. Defender as reivindicações vitais das massas exploradas. Nenhuma cobrança de impostos sobre os salários dos trabalhadores.

Nesta edição:

- Bolívia: O governo do MAS está esgotado
- “A Constituição Política do MAS não põe em risco a democracia burguesa”

Artigos do Cerqui
Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional



Bolívia

O governo do MAS está esgotado

Tal como o POR predisse, o governo do MAS, reformista pró-burguês, se esgotou rapidamente.

Podemos comprovar que, a pouco mais de 2 anos de governo, já deu tudo o que podia dar, ou seja, praticamente nada.

Sua nacionalização é uma farsa. Com a suposta sociedade com as multinacionais que exploram o gás, manteve seu controle sobre a produção. YPFB não tem capacidade alguma para dirigir a produção. Enquanto isso, comissões de alto nível do governo negociam com o Brasil e a Argentina a revisão dos contratos de exportação de gás, porque não estamos em condições de cumprir com os mesmos. A razão: as multinacionais não desenvolveram novos poços e estamos necessitando delas para poder aumentar a produção.

A Constituinte que devia, segundo os masistas, “transformar” pacificamente o país no marco da “cultura do diálogo” (outra enganação dos indigenistas puxa-sacos da burguesia), boicotada pela oposição direitista, pariu aos tropeções um projeto de Constituição burguesa (que consagra a propriedade privada burguesa) sem nenhuma transcendência. Seu destino depende de quem se imponha na queda-de-braço entre o governo e a oposição direitista.

Evo disse que, porque deu o bônus Juancito Pinto para os estudantes do



primário e o bônus Dignidade aos idosos, “depois de tantos anos por fim fizemos a revolução social”. A isso se reduz o conceito de revolução social do índio impostor.

Revolução Social quer dizer transformar as bases da estrutura social para construir uma nova sociedade qualitativamente diferente. Acabar com a propriedade privada sobre os meios de produção, base da exploração capitalista, e implantar a propriedade social, de modo que a riqueza social, produto do trabalho humano, seja de todos e para todos e não para uns poucos exploradores.

Para os explorados não existe nem esperança de solução dos seus problemas mais vitais: SALÁRIO MÍNIMO VITAL com ESCALA MÓVEL (que o salário seja suficiente para viver dignamente e se reajuste conforme a inflação), TRABALHOS PERMANENTES para os

DEMITIDOS (isto supõe desenvolvimento produtivo), TERRA para os CAMPONESES (estancados no minifúndio improdutivo ou barbaramente explorados como peões nos latifúndios do oriente), SAÚDE e EDUCAÇÃO ÚNICAS, GRATUITAS e UNIVERSAIS etc.

Mas, enquanto os explorados, como todos os anos, apodrecem com a água até a cintura, produto das inundações, o governo impostor e a

direita fascista continuam com a queda de braço pelos recursos públicos; o primeiro para consolidar suas pobres reformas, os segundos para se constituírem nos reizinhos de suas regiões (autonomias departamentais).

AOS EXPLORADOS
 CORRESPONDE:

Derrotar a conspiração fascista da direita nas ruas (nada de negociações, nada de referendos revogatórios para continuarem nos enganando), Evo é incapaz de enfrentar seus patrões.

O governo impostor deve ser jogado no lixo porque não serve para nada.

NOSSA RESPOSTA:

Retomar a estratégia revolucionária própria da classe operária:

Governo Operário e Camponês, Revolução Socialista.

Extraído do “Masas” boliviano nº 2069 de 15/02/2008

Bolívia

“A Constituição Política do MAS não põe em risco a democracia burguesa”

Tal afirmação foi dita por Miguel Insulza, Secretário-Geral da OEA, e não é falsa. A Constituição do MAS se orienta para consolidar o regime capitalista nos marcos políticos da democracia burguesa, opinião com a qual, seguramente, compartilham muitos políticos burgueses da mesma espécie de Miguel Insulza na América e Europa. Não é um descuido ou negligência do embaixador norte-americano que até hoje não realizou nenhuma crítica sobre o caráter antidemocrático da Constituição aprovada pelos constituintes do MAS. E a razão é uma só: os norte-americanos compartilham da mesma opinião do Secretário-Geral da OEA.

Alheio à miséria e aos interesses regionais da burguesia boliviana, Insulza é mais objetivo e reconhece o que a burguesia boliviana se nega a reconhecer: que a Constituição masista não sai “dos princípios básicos de qualquer democracia”. Ante uma declaração que avalia o caráter burgues e democrático da nova Constituição, Tuto Quiroga e toda a oposição burguesa, incluindo os representantes da oligarquia cruceña (de Santa Cruz), se sentem traídos e se lançam contra o Secretário-Geral da OEA, e o insul-

tam considerando-o um títere de Hugo Chávez. Pelo visto, as declarações de Insulza foram um balde de água fria em cima das pretensões políticas da oposição burguesa, chegando ao extremo do Governador Rubén Costas publicar um anúncio de uma página no qual não consegue desmentir Insulza, ou seja, não existe um argumento que demonstre que a Constituição do MAS atente ou afete qualquer um dos “princípios básicos de qualquer democracia”. A única coisa que faz é repetir sobre a ilegalidade de sua aprovação.

A consequência da política burguesa fascista e racista de PODEMOS e a oligarquia cruceña com relação à Constituição masista é única: agrava seu isolamento internacional, o que favorece o governo do MAS. A oposição burguesa, tão afeita à intervenção estrangeira nos assuntos internos do país, pode recorrer à OEA, mas em sua estupidez burguesa vai receber um novo revés.

Além do mais, para os políticos burgueses, a exemplo de Insulza, o grande mérito de Evo Morales e do MAS foi o de haver submetido as massas, particularmente a camponesa, e as direções sindicais ao regime burgues. Em nome de ser

um governo que responde às organizações sociais, anulou as direções sindicais mediante propinas, cujos dirigentes estão mais interessados em conseguir para si próprios algumas vantagens materiais, e isto estão conseguindo, ao não realizar uma política que responda aos interesses da classe operária. Na realidade, o clima de convulsão social no país é o resultado do enfrentamento entre a oposição burguesa e o governo, ou seja, é o enfrentamento das oligarquias burguesas regionais de caráter fascista e racista com os camponeses e indígenas nos marcos da política burguesa pró-imperialista. Politicamente, a perspectiva operária está ausente. É a oligarquia burguesa fascista e racista que quer derrubar o governo pró-burgues “camponês” do MAS, sem se importar com o trabalho de Evo Morales e do MAS em favor do regime capitalista e da democracia burguesa. Uma de suas expressões menores é a Constituição, aprovada pelos constituintes do MAS. Trabalho conspirativo que não consegue obter um respaldo internacional, uma de suas maiores debilidades.

Extraído do “Masas” boliviano n° 2069, de 15/02/2008


Adquira com o distribuidor deste jornal

GUILLERMO LORA

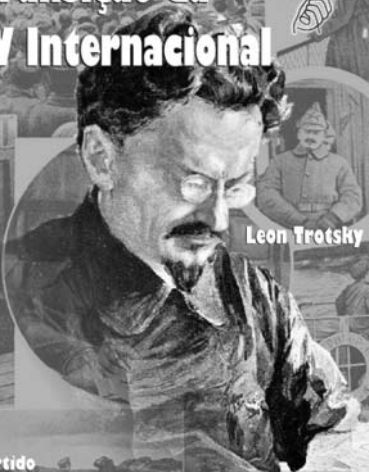
**AUTONOMIA
E REFORMA
UNIVERSITÁRIA**

DOCUMENTOS


EDIÇÕES MASSAS - 2007
(REEDIÇÃO)

Partido Operário Revolucionário  **MASSAS**

**Programa de
Transição da
IV Internacional**



Leon Trotsky

Partido Operário Revolucionário  **MASSAS**

90 anos da Revolução de 1917:
**A Revolução Russa
e a Guerra**



Artigos do
Lenin de
1914 e 1917

Partido Operário Revolucionário  **MASSAS**